



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

16ª Reunião Plenária – Lisboa, 21 e 22 de Novembro de 2007

ACTA DA REUNIÃO

Aos dias 21 e 22 de Novembro de 2007 realizou-se em Lisboa, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, a 16ª Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa/SPAD, nos termos da alínea b., parágrafo 2. do Cap. III do Normativo do SPAD, aprovado por ocasião da III Reunião dos Ministros da Defesa, realizada em Luanda em 22 e 23 de Maio de 2000.

Presidiu à Reunião, em representação do Dr. Paulo Vizeu Pinheiro, Director-Geral de Política de Defesa Nacional de Portugal, e Coordenador do SPAD, o Major-General Mário Rui Gomes, Subdirector-Geral de Política de Defesa Nacional.

Participaram os Delegados dos Ministérios de Defesa e dos Estados-Maiores-Generais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, bem como o Director do CAE.

Assistiu à reunião o Dr. Sancho Coutinho, em representação do Secretariado Executivo da CPLP.

Abriu os trabalhos o Major-General Mário Rui Gomes, que começou por desejar, a todas as Delegações presentes, bem como ao representante do Secretariado Executivo da CPLP, as boas-vindas ao MDN.

Esta reunião revelou-se particularmente significativa, pois nela participou pela primeira vez, uma delegação timorense, integrada por representantes do Ministério da Defesa e das Forças de Defesa de Timor-Leste.

Referindo-se, em particular, à agenda de trabalho, centrou-se sobre dois pontos que considerou essenciais para a sustentação da área da Defesa da CPLP: o debate e a discussão em torno da proposta de criação de Centros de Excelência de Formação de Formadores para avaliar a possibilidade de os Ministros da Defesa aprovarem a Declaração a eles respeitante, na sua próxima reunião, e a análise da proposta de reforço do Centro de Análise Estratégica com um subdirector, que apoie o Director na dinamização deste órgão decisivo para a visibilidade e notoriedade deste Centro, não só em África e em Timor-Leste, mas junto de todos aqueles que querem cooperar na área da Segurança e Defesa.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'S1', 'Hedico', and 'Rafin']

SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

Terminou informando que, para efeitos do prosseguimento dos trabalhos, se fazia representar pelo Director do Departamento de Cooperação Técnico-Militar, Dr. Saldanha Serra.

Seguidamente, deu-se início aos trabalhos da 16ª Reunião Plenária do SPAD de acordo com os pontos da Agenda previamente distribuída.

Ponto Prévio – Aprovação da Agenda de Trabalhos (Anexo A)

Colocada a Agenda à consideração do Plenário, a mesma foi aprovada por unanimidade, tendo a delegação do Brasil solicitado no ponto seis – Diversos, a introdução do Planeamento da 10ª Reunião de Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da CPLP, a realizar-se no Brasil.

Ponto 1 – Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa (ponto de situação das formalidades constitucionais para a entrada em vigor do Protocolo)

A Delegação de Portugal informou ter dado início ao processo, interno, necessário à entrada em vigor do Protocolo.

A Delegação de Angola informou que decorrem os procedimentos normais deste processo tendo sido este Protocolo aprovado em Conselho de Ministros, estando de momento na Assembleia Nacional para aprovação e posterior ratificação pelo Presidente da República.

A Delegação do Brasil referiu por sua vez que o documento se encontra no Congresso, para posterior ratificação pelo Poder Executivo.

A Delegação de Cabo Verde referiu que o processo de aprovação do Protocolo se encontra avançado.

A Delegação da Guiné-Bissau referiu que o processo de aprovação do Protocolo estará completo até 2008.

A Delegação de São Tomé e Príncipe informou que o documento foi aprovado em Conselho de Ministros, encontrando-se de momento na Assembleia Nacional para ratificação.

As Delegações de Moçambique e de Timor-Leste informaram não ter recepcionado o Protocolo em apreço.

O representante do Secretariado Executivo da CPLP informou que os originais haviam sido entregues em mão nas respectivas Embaixadas em Lisboa, prontificando-se todavia, e por solicitação do Secretariado Permanente, a autenticar duas cópias conforme o original, remetendo-as à DGPDN que os encaminhará, via

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'mf', 'S.', and 'D. de...']



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

mala diplomática, ao cuidado dos núcleos dos secretariados dos respectivos países que se comprometeram a encaminhá-los às autoridades competentes.

Ponto 2 – Projecto de Declaração dos MDN sobre Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP

Tendo o Secretariado feito circular, como documento de trabalho, um projecto de Declaração sobre esta matéria, foi solicitada informação às diversas Delegações sobre o ponto em que se encontra, nos respectivos Países, a apreciação do mesmo.

A Delegação de Angola informou manter o apoio ao conceito dos Centros de Excelência, pese embora não tenham recebido a Declaração em causa, que se comprometem a apreciar.

A Delegação do Brasil referiu igualmente não ter recebido a Declaração em causa, que se compromete a apreciar, colocando o enfoque das suas preocupações nos recursos necessários à sustentação deste projecto.

A Delegação de Cabo Verde informou não estar em condições de confirmar a recepção da Declaração, reforçando o seu apoio aos Centros de Excelência.

A Delegação da Guiné-Bissau informou não ter comentários a tecer, aguardando uma posição oficial por parte das autoridades competentes.

As Delegações de Moçambique e de São Tomé e Príncipe confirmaram a recepção do documento, informando que a apreciação sobre o mesmo será enviada a este Secretariado pelas vias formais, acompanhando o Brasil nas suas preocupações quanto aos recursos necessários à sustentação deste projecto.

A Delegação de Timor-Leste, devido ao processo em curso de reestruturação interna, não pôde informar acerca da recepção do documento em apreço, comprometendo-se, no entanto, a apurar qual a posição oficial do Governo sobre esta matéria, encaminhando-a pelas vias formais.

A Delegação de Portugal informou da urgência na decisão deste processo no âmbito da CPLP, uma vez que como Estado-Membro da União Europeia estaria em condições privilegiadas para colocar às autoridades comunitárias a possibilidade de apoiar estes Centros de Excelência, nomeadamente quanto ao seu financiamento.

As Delegações acordaram que as posições dos diversos países devem ser colocadas, pelas vias formais, ao SPAD até 15 de Fevereiro de 2008, por forma a permitir a circulação pelos respectivos Estados-Membros, antes da próxima reunião do SPAD (17ª).



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

Nessa Reunião procurar-se-á aprovar um documento final que se pretende consensual, no sentido de permitir que esta Declaração conste nas agendas da 10ª Reunião de CEMGFA (para apreciação) e na X Reunião de Ministros (para aprovação), a realizarem-se em 2008, permitindo trabalhar posteriormente o modelo aprovado na sua dimensão operacional.

A Delegação Portuguesa deu nota dos aspectos mais importantes da Presidência Portuguesa da União Europeia na área da segurança e defesa em África, comprometendo-se a distribuir as conclusões da Conferência de Alto Nível sobre a Política Europeia de Segurança e Defesa, a Prevenção de Crises e Resolução de Conflitos em África, por todas as Delegações.

Ponto 3 – Centro de Análise Estratégica da CPLP

O Director do CAE apresentou o Ponto de Situação das actividades programadas para 2007 (Anexo B).

As Delegações concordaram diligenciar no sentido de dar cumprimento aos compromissos assumidos e que, nos termos do Ponto de Situação acima referido, se encontram por satisfazer, com especial incidência na regularização das quotas.

A Delegação Angolana informou que o seu núcleo nacional se encontra em reestruturação, com vista a melhorar a dinâmica do mesmo, aceitando o apoio de Portugal por via do Director Técnico do Projecto 1 de CTM.

A Delegação Cabo-Verdiana informou ter constituído um novo núcleo nacional, integrado pelo Director-Geral de Política de Defesa, pelo Inspector-Geral de Defesa Nacional e por um assessor da Ministra da Defesa, entre outros. Mais informou ter dificuldades de comunicação com o CAE, propondo que o Director efectuasse visitas de trabalho regulares aos núcleos nacionais, ou que os núcleos nacionais visitassem a sede do CAE. Referiu também que irão regularizar qualquer situação em que estejam em falta.

A Delegação Guineense assumiu que houve grandes dificuldades no funcionamento do núcleo nacional desde a sua criação, por força de constantes mudanças, situação que lamentava, e que explicava algumas situações de incumprimento. Informou que procurarão reorganizá-lo agora, para que pedem o apoio da CTM portuguesa.

A Delegação Moçambicana agradeceu a informação prestada pelo Director do CAE, evidenciou a necessidade de reactualização dos contactos dos núcleos nacionais e de maior dinamismo desses mesmos núcleos.

A Delegação Santomense informou já ter pago este ano a quota de 2006, esperando pagar até ao final do ano a de 2007. Solicitou o apoio da CTM portuguesa ao seu núcleo nacional.



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

A Delegação Timorense informou não ter núcleo nacional, tendo o Secretariado Permanente exortado ao seu levantamento com vista à participação nas actividades do CAE.

A Delegação Portuguesa reiterou a disponibilidade em apoiar as actividades no âmbito do CAE e dos núcleos nacionais com a CTM, salvaguardando que esse apoio não pode ser visto como substituindo os núcleos nacionais no trabalho a desenvolver no âmbito dos respectivos Ministérios da Defesa e Forças Armadas.

A Delegação Portuguesa apresentou a proposta, genérica, de criação do cargo de subdirector do CAE, com o objectivo de apoiar o Director no desenvolvimento do Centro, tendo em vista a sua revitalização e visibilidade.

As Delegações concordaram com a criação de uma figura que possa apoiar o Director do CAE, considerando que tudo o que contribua para o reforço deste órgão é importante para a CPLP, tendo delegado no Coronel Domingos Salazar Manuel e no Director Técnico do Projecto 1 da CTM com Moçambique, a apresentação, até 15 de Fevereiro de 2008, de uma proposta concreta a este Secretariado quanto à figura a criar, suas competências e eventuais alterações aos Estatutos e Regulamentos do CAE.

Ponto 4 – Exercícios da Série FELINO

As Delegações Santomense e Portuguesa apresentaram as Conclusões do Exercício FELINO CPX 2007, realizado em São Tomé e Príncipe (Anexos D e E).

A Delegação Santomense agradeceu a contribuição de todos os países membros e particularizou os apoios recebidos por parte de Portugal, Brasil e Angola.

A Delegação Portuguesa apresentou, ainda:

- uma informação sobre o Centro de Operações e Formação criado quando da realização do FELINO em São Tomé e Príncipe (Anexo F);
- um projecto de Memorando de Entendimento, com carácter permanente, para os Exercícios FELINO (Anexo G);
- a Directiva Inicial de Planeamento do Exercício FELINO 2008, que integra a proposta de introdução de uma fase académica que preceda a execução dos Exercícios, independente do seu formato (Anexo H);
- um Acordo Técnico (AT) para o Exercício FELINO 2008 (Anexo I).

A Delegação de Cabo Verde deu nota da urgência em harmonizar conceitos e procedimentos para os Exercícios FELINO.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'Hedev', 'Rafael', 'M', 'S.', 'E', and 'D']

SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

A Delegação Portuguesa propôs para reflexão a possibilidade de estender aos países vizinhos dos Estados da CPLP a participação nestes Exercícios, como forma de projectar a imagem da CPLP no domínio da segurança e defesa.

Relativamente ao Centro de Operações e Formação, a Delegação Portuguesa relevou a possibilidade de o mesmo ser utilizado no âmbito da CPLP, em todas as suas dimensões, e muito em especial na do ensino e formação à distância, devendo para o efeito cada país dar nota das necessidades e interesses, para efeitos da respectiva activação.

Foi igualmente referida a possibilidade, em termos a definir caso a caso, de criar este tipo de Centro noutros países da CPLP.

No que respeita ao Exercício FELINO 2008, a Delegação Portuguesa solicitou a Angola e ao Brasil apoio aéreo intercontinental para efeitos de transporte de Forças participantes.

As Delegações acordaram que as posições dos diversos países sobre todos estes Anexos devem ser colocadas, pelas vias formais, ao SPAD até 15 de Fevereiro de 2008, por forma a permitir a circulação pelos respectivos Estados-Membros, antes da próxima reunião do SPAD (17ª).

Ponto 5 – X Reunião de MDN da CPLP

As Delegações acordaram na absoluta necessidade de realizar, em 2008, uma única Reunião de Ministros da Defesa Nacional.

As Delegações acordaram em aproveitar esta circunstância para retomar a sequência normal anual das Reuniões dos órgãos e estruturas que compõem a componente de Defesa da CPLP, a saber:

- Reuniões do SPAD em Março, preparatórias das Reuniões de CEMGFA e MDN;
- Reuniões de CEMGFA em Abril, antecedendo a reunião de MDN;
- Reuniões de MDN em Maio/Junho, para a aprovação política dos documentos em agenda;
- Reuniões do SPAD em Outubro/Novembro para dar sequência às decisões anteriormente tomadas.

A Delegação de Timor-Leste não conseguiu confirmar um oferecimento para realizar a X Reunião em Janeiro de 2008 ou em data posterior.

A Delegação de Angola referiu que apenas poderia realizar a X Reunião em Março de 2008, face a múltiplos compromissos assumidos para o resto do ano.

A Delegação do Brasil informou comprometer-se a realizar, em Junho de 2008, em princípio na segunda quinzena a X Reunião.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Hedero', 'Luis', 'M', 'S.', 'A.', and 'Deyda'.]

SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

As Delegações constataram que apenas o oferecimento do Brasil, cuja disponibilização pronta e altamente cooperante enaltecera, permite retomar a sequência normal de Reuniões na área da Defesa.

As Delegações acordaram em que Timor-Leste seja solicitado a responder, formal e concretamente, até 20 de Dezembro de 2007, se realiza em Maio/Junho de 2008 a X Reunião de MDN. Em caso negativo, ou de ultrapassagem da referida data, a X Reunião de MDN realizar-se-á no Brasil.

Ponto 6 – Diversos

A Delegação do Brasil distribuiu um documento relativo ao Planeamento da 10ª Reunião de Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da CPLP, a realizar-se no Brasil (Anexo I), solicitando a todas as Delegações o cumprimento dos prazos nele previstos, bem como confirmação de comitivas e voos até 15 de Fevereiro de 2008, sendo possível acomodar eventuais alterações durante a próxima reunião do SPAD (17ª).

A Delegação de Timor-Leste apresentou e distribuiu um documento sobre a situação de Timor-Leste no domínio da Defesa.

Fazendo parte integrante da presente Acta, apresentam-se em anexo os seguintes documentos:

Anexo A – Agenda da 16ª Reunião do SPAD

Anexo B – Ponto de Situação das actividades programadas para 2007

Anexo C – Conclusões do trabalho de reflexão dos Núcleos Nacionais do CAE/CPLP subordinado ao tema “O Carácter Multidisciplinar da Luta contra o Terrorismo”

Anexos D e E – Conclusões do Exercício FELINO CPX 2007, realizado em São Tomé e Príncipe

Anexo F – Centro de Operações e Formação (na posse das Delegações)

Anexo G – Projecto de Memorando de Entendimento, com carácter permanente, para os Exercícios FELINO (na posse das Delegações)

Anexo H – Directiva Inicial de Planeamento do Exercício Felino 2008 (na posse das Delegações)

Anexo I – Acordo Técnico (AT) para o Exercício Felino 2008 (na posse das Delegações)

Anexo J – Documento relativo ao Planeamento da 10ª Reunião de Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da CPLP

Anexo K – Documento sobre a situação de Timor-Leste no domínio da Defesa (na posse das Delegações)

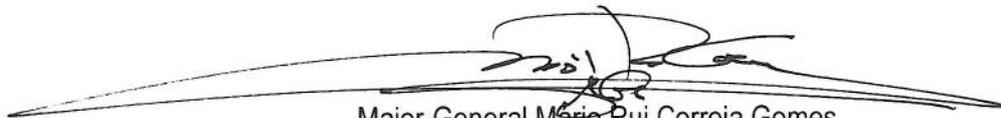


SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

Lida e aprovada a Acta, seguem as assinaturas do representante do Coordenador do SPAD, de todos os Delegados presentes e do Director do CAE.

Lisboa, aos vinte e dois dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete

O Representante do Coordenador



Major-General Mário Rui Correia Gomes

A Delegação Angolana



Cor Mário Gustavo da Silva

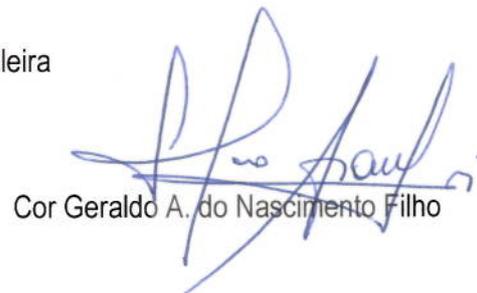


Cor Feliciano Salomão Himulova

A Delegação Brasileira

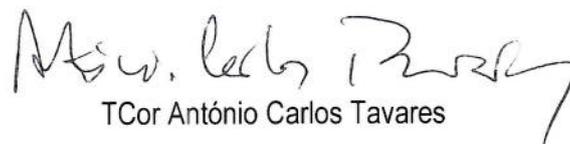


Cor Almir Teodoro dos Santos



Cor Geraldo A. do Nascimento Filho

A Delegação Cabo-Verdiana



TCor António Carlos Tavares



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

A Delegação Guineense

Cor Joãozinho Ialá

Maj Mama Jaquité

A Delegação Moçambicana

Amazô
TCor Alberto Mazivilá

A Delegação Portuguesa

Dr. João Pedro Saldanha Serra

Cor Rui Cruz Silva

TCor Jorge Ferreira de Brito

CFr José Eduardo Madureira

CFr Victor Manuel S. Leite Braga

CMG Nuno Jorge Faria de Mendonça

Nuno Jorge Faria de Mendonça

TCor Nuno Manuel Mendes Farinha

A Delegação Santomense

TCor Felisberto Maria Segundo

Maj Acácio Albuquerque Viegas



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

Dr. Martinho Gonçalves

A Delegação Timorense

TCor Cornélio Ximenes

Cap Alberto Pereira dos Santos

O Director do CAE

Cor Domingos Salazar Manuel

O Secretário da Reunião

Dr^a. Sara Margarida da Silva Peralta